PORTE
PAGO

BOLETIM INFORMATIVO

DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

8 JUN 79
bimestral
preço 20$

SUMÁRIO

1. EDITORIAL

2. PONTOS DE VISTA

Algumas considerações sobre a Problemática da Gestão das Águas Marítimas

3. ACTIVIDADES DA APRH

3.1 - Reunião do Conselho Geral
3.2 - Constituição do Núcleo Regional Norte
3.3 - Actividades Culturais da APRH
3.4 - Participação da APRH no 3º Congresso Mundial de Recursos Hídricos
3.5 - Visita ao Aqueduto das Águas Livres
3.6 - Novos Associados

4. ACTIVIDADES DOS ASSOCIADOS

4.1 - Estudos de Qualidade do Ambiente

5. REUNIÕES, CONGRESSOS E OUTRAS REALIZAÇÕES

5.1 - Calendário
5.2 - Referências

6. ANTOLOGIA

O Vale do Tejo: A Estremadura

7. ANEXO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DA APRH
DIRECTOR J. VAZ PATO
composto e impresso no sector de artes gráficas do LNEC
endereço:
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS
a/c LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL
AV. DO BRASIL, 101
1799 LISBOA CODEX
TEL. 88 21 31
distribuição gratuita aos associados da APRH

1. EDITORIAL

A Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, de acordo com o respectivo Estatuto, inclui entre os seus objectivos a colaboração com organismos estrangeiros congéneres e o incentivo à intervenção portuguesa em programas internacionais no âmbito dos recursos hídricos, com interesse para o País. Entre as suas atribuições figura o apoio ao funcionamento de comissões portuguesas de associações internacionais cujos objectivos se identifiquem com os seus, nomeadamente o Comité Nacional da IWRA - International Water Resources Association.

As mesmas intenções estavam também patentes nos princípios orientadores do programa de candidatura da actual Comissão Directiva. De acordo com o referido programa, foi constituído, em Outubro de 1978, um Grupo de Trabalho para as Relações Internacionais, com o objectivo de promover e desenvolver as relações com entidades internacionais e estrangeiras com actividade no domínio dos recursos hídricos.

Este Grupo de Trabalho elaborou um documento programático, de acordo com o qual a sua actividade deverá revestir nomeadamente os seguintes aspectos:

- divulgar a nível internacional as actividades da APRH;
- apoiar o funcionamento das comissões portuguesas de associações internacionais cujos objectivos se identifiquem com os da APRH, nomeadamente o Comité Nacional da IWRA;
- suscitar a intervenção portuguesa em programas internacionais, no âmbito dos recursos hídricos, com interesse para o País;
- promover o intercâmbio do estatuto de associado com as associações estrangeiras cujos objectivos se identifiquem com os da APRH, e em particular com as associações dos países de expressão portuguesa;
- elaborar fichas informativas relativas a entidades internacionais e estrangeiras com actividade no domínio dos recursos hídricos (estas fichas serão publicadas no Boletim Informativo e darão eventualmente origem a uma publicação conjunta);

- promover o intercâmbio de informações e de publicações com as entidades referidas;

- divulgar actividades de formação no domínio dos recursos hídricos, promovidas pelas entidades indicadas ou por instituições de ensino ou de investigação estrangeiras;

- recolher e divulgar informações sobre a concessão de bolsas de estudo no domínio dos recursos hídricos.

No âmbito deste programa, o Grupo de Trabalho para as Relações Internacionais tem vindo a realizar ao longo do ano em curso várias actividades, com destaque para as que a seguir se referem.

Foram estabelecidos contactos com 58 embaixadas estrangeiras acreditadas em Lisboa, dando conta da constituição da APRH e dos seus objectivos e pedindo a indicação de associações da respectiva nacionalidade cujos propósitos se possam de algum modo identificar com os da nossa associação. Bem assim foi solicitado o fornecimento de todas as informações com interesse para a Associação, nomeadamente no referente à concessão de bolsas de estudo, à existência de programas de intercâmbio científico e técnico e ao desenrolar de quaisquer outras actividades ligadas ao domínio dos recursos hídricos.

O acolhimento por parte das embaixadas foi bastante encorajador, tendo até ao momento sido já recebidas cerca de 30 respostas, embora de teor necessariamente diverso.

Por outro lado iniciaram-se contactos com 24 organismos e 15 associações internacionais com actividade, total ou parcial, no domínio dos recursos hídricos, de teor semelhante aos estabelecidos com as embaixadas estrangeiras, mas incluindo também o envio de uma ficha de inquérito. A referida ficha inclui uma série de perguntas sobre a identificação da entidade destinatária, pensando-se que possa vir a servir para constituição do ficheiro de todas as instituições com quem a APRH venha a estabelecer contacto, embora com as alterações que a prática vier a aconselhar.

Com base nos contactos anteriormente indicados e, também, em informações obtidas por outros meios, como seja directamente dos associados ou por informações dadas por individualidades estrangeiras ligadas à especialidade, procurar-se-á constituir uma lista de associações estrangeiras congéneres da APRH. Estabelecer-se-ão então contactos com essas associações visando a sua inclusão no ficheiro atrás referido e, eventualmente, o intercâmbio do estatuto de associado.

O intercâmbio de colaboração que se espera conseguir com todas as entidades mencionadas dará, assim se espera, um forte contributo para se alcançarem alguns dos objectivos para que a APRH foi criada.

O Grupo de Trabalho para as Relações Internacionais

2. PONTOS DE VISTA

Algumas Considerações sobre a Problemática da Gestão das Águas Marítimas

Maria Eduarda Gonçalves [1]

1. PROBLEMAS DE DEFINIÇÃO E NOMENCLATURA

A problemática da gestão das águas interiores - matéria que tem chamado a atenção prioritária desta rubrica - não é transponível genericamente à das águas marítimas.

A separação das duas questões coloca-se, desde logo, no plano da respectiva qualificação. Com efeito, se "recursos hídricos" é a expressão comummente utilizada em relação às águas interiores, já no caso das marítimas, ela não parece adequada. As águas marítimas não são, como tal, "recursos" no sentido em que este termo é usado na expressão "recursos hídricos interiores" (isto é, meio de prover à satisfação de certas necessidades de consumo directo ou indirecto). As águas marítimas são, essencialmente, o meio onde se exercem actividades (ex. navegação, deposição de poluentes e outros detritos) que aproveitam algumas das suas propriedades, onde se exploram a fauna, a flora e certos minerais, e de onde se extraem determinadas substâncias químicas, como o sal. Estes últimos são, a nosso ver, os "recursos marítimos", dado que constituem matérias-primas destinadas, directamente ou depois de transformadas, para o consumo. Sendo assim, uma correcta interpretação da expressão "recursos marítimos" fazer-lhe-ia corresponder aquelas realidades, que não as águas propriamente ditas. O paralelo que poderia ser-se levado a estabelecer entre recursos hídricos "interiores" e "marítimos" poria, portanto, lado a lado, realidades de natureza diversa.

Estas considerações põem em evidência uma outra diferença: o factor quantidade, que condiciona basicamente a gestão dos recursos hídricos interiores, não assume praticamente relevância no caso das águas marítimas, dada a sua dimensão (2/3 da superfície da Terra) e, ainda, por estas[2] não serem utilizadas directamente, salvo em muito pequena escala.

Já o problema da qualidade se apresenta em termos semelhantes, uma vez que a degradação da qualidade do ambiente aquático, particularmente devido à poluição, afecta tanto umas como outras, por vezes em resultado de fontes idênticas de contaminação ou devido a processos de transporte de poluentes dos cursos de águas para as águas costeiras.

Enquanto os recursos hídricos interiores são em certos casos susceptíveis de apropriação individual (ex. lagos, lagoas, nascentes), as águas marítimas apresentam-se, pelo contrário, dada a sua natureza e por razões históricas, como um espaço eminentemente colectivo.

---

1 Doutora em Direito pela Universidade de Nice; jurista da Secretaria de Estado das Pescas.

2 Em certos casos - actualmente pouco significativos - as águas marítimas são utilizadas directamente: por exemplo, quando se procede à sua dessalinazação.

Este carácter colectivo definiu-se, durante séculos, por referência à comunidade internacional. A todos os povos era reconhecida a liberdade de navegar e de pescar no mar sem quaisquer entraves. Todavia, a necessidade de defesa dos territórios nacionais e da protecção de faixas marítimas adjacentes para fins económicos, que se manifestou sobretudo após o início da expansão marítima europeia, conduziu à criação de espaços reservados à soberania dos Estados litorais, em geral, de três milhas.

Nestas circunstâncias, alguns Estados foram adoptando, fundamentalmente numa base pragmática, regulamentações que visavam condicionar a pesca. Ulteriormente, os problemas de conservação e de gestão adquiriram um alcance regional e, nalguns casos, global. A administração das actividades marítimas assumiu um carácter sectorial, isto é, com referência a cada utilização específica. Na prática, as interacções entre as diferentes utilizações eram, então, insignificantes e os conflitos quase inexistentes. Assim, por exemplo, a actividade da pesca levantara, desde cedo, problemas de conservação dos recursos vivos. A navegação tornara necessária a definição de rotas e de corredores marítimos, para efeitos de segurança. Não tinha, então, sentido falar-se de uma gestão global e/ou integrada das águas marítimas, dentro ou fora das águas sob jurisdição nacional.

No pós-guerra, assistiu-se ao reactivar e ao desenvolvimento dos usos oceânicos, dando lugar a problemas novos e, cada vez mais complexos e, em certos casos, a crises, tensões e conflitos.[3] Esta situação foi, no essencial, o resultado: do crescimento das frotas comerciais e do consequente congestionamento das linhas de tráfego tradicionais; do transporte de substâncias tóxicas, com os inerentes riscos de poluição, em especial pelo petróleo; da reconstrução e desenvolvimento da rede da cabos telefónicos e telegráficos e das rupturas ocasionadas pelas frotas de arrasto; da exploração crescente dos recursos minerais no "off-shore" e das interferências geradas pelas respectivas instalações e equipamentos, na navegação. Os programas de reconstrução e desenvolvimento económico estimularam a expansão das frotas de pesca, sobretudo das potências marítimas. Por outro lado, os países subdesenvolvidos, em especial da América Latina e os que haviam acedido recentemente à independência, intensificaram as acções de desenvolvimento das respectivas capacidades pesqueiras. A par da sobreexploração dos recursos em virtude das actividades da pesca, começaram a fazer-se sentir, localmente ou a nível regional, os efeitos da degradação do ambiente devida à poluição marinha.

A este processo evolutivo, correspondeu, por um lado, uma intensificação da cooperação internacional em torno de programas científicos com vista à solução de problemas práticos, tendo em atenção as interacções entre actividades e fenómenos marítimos. Por outro lado, nestas circunstâncias, certos Estados subdesenvolvidos decidiram tomar medidas visando o alargamento das áreas de jurisdição nacional a fim de protegerem as águas e os recursos para

---

3 Ruivo, M.; Gonçalves, M.E. - Trends in Ocean Uses and Related Institutional Aspects, Pacem in Maribus VII, Proceedings, Alger, 1976.

efeitos de desenvolvimento económico. Assim nasceu um movimento que levaria à convocação da 3ª. Conferência das Nações Unidas sobre a Direito do Mar, em 1970, com o mandato de rever o regime internacional aplicável às utilizações dos mares e oceanos e seus recursos, e onde se veio a consagrar o conceito de zona económica exclusiva.

Parte dos problemas de gestão que se colocavam no âmbito internacional passam assim a ter por quadro os limites da jurisdição nacional.

2. QUE GESTÃO PARA AS ÁGUAS MARÍTIMAS PORTUGUESAS?

Até 1977, Portugal exercia a soberania, de acordo com o direito internacional, sobre as águas interiores e o mar territorial. O limite exterior desta área não se encontrava definido, em termos precisos, no nosso direito interno. Numa zona de mar contígua ao mar territorial, com o limite das doze milhas, o Estado português detinha poderes de fiscalização para efeitos de prevenir e reprimir as infracções às suas leis de política aduaneira, fiscal, sanitária e de emigração.

Recente legislação[4] estabeleceu a largura do mar territorial em doze milhas e criou uma zona económica exclusiva de 200 milhas onde o Estado português passou a exercer direitos soberanos para os fins de prospectar, explorar, conservar e gerir todos os recursos naturais, vivos e não vivos, do fundo do mar e seu subsolo e das águas superjacentes e sobre "todas as outras actividades que tenham por fim o estudo e a exploração económica da zona, tal como a produção de energia a partir das águas e dos ventos" e a "jurisdição nomeadamente sobre o estabelecimento e utilização de ilhas artificiais e estruturas também artificiais, sobre a investigação científica marinha e a protecção do meio marinho", legislação aplicável tanto ao continente como às ilhas da Madeira e dos Açores, ou sejam, as três "sub-áreas" daquela zona.

A extensão dos direitos e poderes do Estado português numa zona de jurisdição alargada abre novas perspectivas de aproveitamento económico, oferecendo, pela primeira vez, a possibilidade da gestão desse espaço em termos intersectoriais. Aliás, também pela primeira vez, um mesmo diploma legal rege um conjunto tão vasto de utilizações marítimas, embora apenas no plano da definição dos direitos e poderes do Estado e com um espírito claramente casuístico - distante do de um qualquer tratamento integrado daquelas utilizações.

---

4 É a seguinte a legislação em vigor no que se refere à zona económica exclusiva:

- Lei No.33/77 de 28 de Maio. Fixa a largura e os limites do mar territorial e estabelece uma zona económica exclusiva de 200 milhas do Estado português;
- Decreto-Lei No.119/78 de 1 de Junho. Define "Zona Económica Exclusiva" e fixa os seus limites;
- Decreto Regulamentar No.22/78 de 12 de Julho. Autoriza a concepção de autorizações de pesca a navios de países estrangeiros na ZEE.

Há, todavia, que ter em conta que, ao contrário das águas interiores, que são usadas para vários fins (domésticos, agrícolas, industriais, etc), em termos que poderiam talvez qualificar-se de "concorrenciais" no caso das marítimas, trata-se, no essencial, de conciliar o exercício de actividades, com vista a evitar interferências físicas entre elas ou que a degradação do ambiente marítimo venha a afectar os recursos biológicos e a qualidade dos produtos deles derivados, assim como a conservação do ecosistema.

Tendo em consideração o tipo de problemas que se colocam hoje neste domínio, não parece ser nem oportuno nem factível estabelecer como meta a adopção de medidas de gestão integrada das águas marítimas nacionais, à semelhança do que tem sido proposto no que se refere aos recursos hídricos interiores.[5] Afigura-se, sim, possível e desejável uma clara definição dos objectivos, assim como a concertação e eventual coordenação das actividades e programas e a sua adequada inserção nas políticas de desenvolvimento económico-social definidas nos planos e programas de governo.

Um vez que os recursos vivos estão sujeitos, para além da mortalidade devida à pesca aos efeitos da degradação do meio aquático, especialmente nas zonas costeiras, as medidas de gestão e conservação deverão ser conjugadas com a formulação de medidas para prevenir ou combater a poluição, de forma a proteger tais recursos. Do mesmo modo, a instalação de cabos submarinos e de condutas deverá ser condicionada e regulamentada de maneira a evitar interferências com a pesca ou outras formas de aproveitamento da plataforma costeira.

Problemas de tipo semelhante - mas que interessam, simultaneamente, as águas marítimas e interiores - deverão ser, igualmente, tidos em conta, por exemplo, no que diz respeito às possíveis implicações de obras hidráulicas para aproveitamento de cursos de água sobre espécies migratórias anádromas, como o salmão, e catádromas, como a enguia, que passam uma fase do seu ciclo biológico no mar, e outra nos rios.

Parece não ter havido lugar, em Portugal, até este momento, à formulação de uma política nesta matéria, nem à elaboração de qualquer estudo ou parecer técnico sobre a mesma. Nem a Constituição da República, nem a legislação em vigor, nem os programas dos governos, propõem ou impõem uma política de gestão integrada das águas marítimas. No que se refere a estes últimos, notar-se-á a mensão, no âmbito da definição da política económico-social, de metas que apontam para o desenvolvimento ou arranque de determinadas acções de aproveitamento das águas marítimas nacionais e dos seus recursos. Deles não constam quaisquer finalidades de compatibilização ou coordenação global das actividades marítimas. No entanto, parte-se, em certos passos, da consideração da interacção existente entre determinadas utilizações para a definição de relações funcionais específicas. É o caso da atenção atribuída às incidências do transporte de substâncias perigosas sobre a qualidade do ambiente.

---

5 Cunha, L.V. et al. - Fundamentos de uma Nova Política de Gestão das Águas em Portugal, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1974.

Um tratamento deliberado e sistematicamente conjugado ou integrado das diferentes utilizações da área marítima sob jurisdição do Estado português parece preterido em prol da sua consideração num contexto sectorial, por sua vez enquadrado na definição de objectivos económicos não exclusivamente marítimos. Não há, assim, lugar à perspectivação de uma qualquer "economia marítima".

Os programas dos Governos constitucionais têm, designadamente, apontado para o "aproveitamento integral dos recursos naturais" e o "lançamento das bases de um plano energético a longo prazo, que garanta o abastecimento público e promova os meios para a redução da dependência do petróleo como fonte primária", citando, em especial, o objectivo do aproveitamento das marés e correntes como fontes de energia. Este aproveitamento potencial das águas marítimas aparece inserido no quadro de um fim económico geral - o plano energético a longo prazo - sem qualquer particular indicação sobre a sua eventual consideração no âmbito de uma gestão do espaço marítimo português, no seu conjunto. No plano da exploração dos recursos minerais, expressa-se a intenção de prosseguir as actividades de prospecção petrolífera, no capítulo da política de indústria e energia, e não como um elemento de uma possível "economia marítima". No que se refere à utilização da zona económica exclusiva, é o sector da pesca o que assume maior relevo, sendo tido como importante para a recuperação da economia portuguesa. A pesca é incluída entre as grandes opções económicas na perspectiva da política alimentar, ou seja, em paralelo com a agricultura e de forma distinta e autónoma em relação, por exemplo, à exploração dos recursos minerais marítimos.

Na lógica desta atitude, as diversas utilizações das águas marítimas nacionais encontram-se sob a alçada administrativa de departamentos de Estado específicos que as administram de acordo com a sua natureza e problemas próprios. Não existe, em Portugal, uma estrutura orgânica centralizada com competência para o tratamento integrado dos problemas de gestão das águas marítimas. No entanto, como resulta do que se disse mais atrás, não nos parece necessário que tal se verifique, desde que se assegure, na medida necessária, uma acção concertada dos departamentos de Estado com responsabilidades sectorais, na perspectiva das utilizações, como das funções (saúde, protecção ambiental, etc.). Na base das prioridades actuais e das estruturas existentes em Portugal, alguns passos poderiam ser dados nesta linha, com vista a assegurar a concertação dos departamentos interessados, nomeadamente no plano da investigação científica, da protecção ambiental ou da intervenção governamental em conferências ou organizações internacionais com responsabilidades nos assuntos oceânicos.[6]

Refira-se que, nalguns Estados altamente industrializados, tem sido por vezes levantada a questão do estabelecimento de estruturas governamentais centralizadas para a administração das actividades marítimas. No caso da Noruega, foi mesmo criado o cargo de Ministro sem pasta responsável pelos problemas marítimos. No

---

6 Ruivo, M. - Os Recursos Vivos e a O.G.R.H., Comunicação ao Seminário sobre Orgânica da Gestão dos Recursos Hídricos, promovido pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, 1978.

entanto, não só este cargo foi já extinto, como se destinou, aparentemente, a promover a simples coordenação da acção externa do Governo norueguês nos domínios em questão. Note-se que se tratava do período em que reunia activamente a 3ª. Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e se tornava imperioso negociar uma série de acordos bilaterais e regionais com vista a adaptar determinadas situações jurídicas preexistentes ao novo regime em formação, particularmente em matéria de gestão e conservação dos recursos vivos e delimitação de espaços de jurisdição nacional. Nos restantes casos em que a questão foi suscitada, como em França, a sua abordagem não pode considerar-se de modo nenhum conclusiva. Por maioria de razão, no nosso País, dado o nível relativamente reduzido da utilização da zona económica exclusiva, e tendo em conta a sua evolução provável nos tempos mais próximos, medidas desta natureza seriam, a nosso ver, desproporcionadas em relação às necessidades reais.

3. ACTIVIDADES DA APRH

3.1 - REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

A sétima reunião do Conselho Geral efectuou-se a 21 de Junho com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e aprovação das actas das reuniões anteriores.
2. Informação sobre as actividades da CD e das CE's de actividades Editoriais e Culturais.
3. Informação sobre a constituição dos NR's do Norte e Sul.
4. Constituição da CE de Águas de Abastecimento e Residuais.
5. Alargamento da CE de Actividades Culturais.

Nesta reunião ressaltaram como mais significativos em relação à vida da APRH os três últimos pontos da ordem de trabalhos.

O Eng. Marques de Almeida noticiou a formação do Núcleo Regional do Norte, cuja Direcção é presidida pelo Prof. Sousa Taveira. O Prof. Santos Júnior relatou o processo de formação do NR do Sul que culminará com as eleições marcadas para finais de Julho.

Foi constituída a CE de Águas de Abastecimento e Residuais, como reflexo do desejo de grande número de associados, Comissão que será formada por Amilcar Ambrósio, Lacerda e Megre, Ramos Mota e Maria Helena Soares.

A CEAC foi alargada para cinco elementos, com a entrada do associado António Sobral Rodrigues.

Nesta reunião foram ainda focados não só o crescimento da Associação, que já conta com 315 associados singulares e 27 colectivos, como também o processo de legalização definitiva da APRH após se ter resolvido o pormenor da morada da sua Sede provisória.

Finalmente, o associado Eira Leitão da CD, que esteve presente no 3º. Congresso da IWRA realizado no México em representação da APRH, relatou os aspectos fundamentais daquele Congresso.

3.2- CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DO NORTE

Em reunião efectuada no passado dia 19 de Abril na sede da Comissão de Planeamento da Região Norte, um grupo de membros da APRH residentes naquela região geográfica decidiu constituir o Núcleo Regional do Norte da Associação. Simultaneamente foi eleita a Direcção do Núcleo, que é presidida pelo Eng. António Sousa Taveira e tem por Vice-Presidente o Eng. Manuel Marques de Almeida, por Secretário o Eng. Luis Braga da Cruz e por Vogal a Engª. Branca Maria Gonçalves.

O Núcleo tem a sua sede localizada no Porto, junto da Comissão de Planeamento da Região Norte, que amavelmente facultou as suas instalações para o efeito.

Espera-se incluir no próximo número do Boletim Informativo uma notícia mais detalhada sobre a constituição deste primeiro Núcleo Regional da APRH, bem como sobre as actividades que a sua Direcção projecta empreender até final do corrente ano.

3.3- ACTIVIDADES CULTURAIS DA APRH

De acordo com o programa de actividades que a Comissão Especializada de Actividades Culturais se propôs levar a efeito, foram realizadas de Abril de 1979 até à presente data as acções que a seguir se referem:

- Painel sobre "O Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga".
11 de Maio de 1979
Realizou-se, com o patrocínio da Ordem dos Engenheiros, no LNEC, com a presença de cerca de 160 pessoas. Os temas abordados e os seus apresentadores foram os seguintes:
Moderador - Engº Emídio Santos
Plano de Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Bacia do Vouga - Engº Dália Lázaro.
A Ria de Aveiro, sua Influência na Economia da Região - Engº Luis Barrosa.
Problemas de Qualidade da Água da Ria de Aveiro - Prof. Aristides Hall.
O painel terminou com um debate entre os apresentadores e alguns dos presentes sobre questões e comentários levantados sobre as matérias expostas.

- Conferência sobre "Os Efeitos Biológicos da Poluição por Hidrocarbonetos".
16 de Maio de 1979
Conferencista - Dr. Alostair Mc Intyre.
Realizou-se com o patrocínio da Ordem dos Engenheiros, no LNEC, com a presença de cerca de 20 pessoas.

- Conferência sobre "O Ciclo Hidrológico".
6 de Junho de 1979
Conferencista - Prof. Pinto Peixoto.
Realizou-se, com o patrocínio da Ordem dos Engenheiros, no LNEC, com a presença de cerca de 80 pessoas.
Foi abordado o ciclo hidrológico no seu aspecto global e as possibilidades actuais de obter quantificações a partir de dados meteorológicos.

- Conferência sobre "Tendências Modernas do Direito e Administração das Águas"
11 de Junho de 1979
Conferencista - Dr. Guillermo J. Cano.
Realizou-se, com o patrocínio da Ordem dos Engenheiros, no LNEC, com a presença de cerca de 200 pessoas.
Foram abordados diversos temas do direito e da administração das águas, suas tendências modernas de evolução e feitas algumas considerações sobre a sua aplicabilidade ao caso dos Recursos Hídricos Portugueses.

- Visita de Estudo ao Aqueduto das Águas Livres
30 de Junho de 1979
Realizou-se, com o apoio da Empresa Pública das Águas de Lisboa, com a presença de cerca de 150 pessoas.
Visitaram-se o Reservatório das Amoreiras, a Ponte-Aqueduto sobre o Vale de Alcantâra e as nascentes mais antigas próximo de Carenque. A visita terminou com um piquenique de confraternização na Colónia de Férias da EPAL em Belas.

- Simpósio sobre "O Aproveitamento de Alqueva"
5 a 7 de Julho de 1979
Realizou-se, no LNEC, com cerca de trezentas e cinquenta pessoas inscritas, tendo sido apresentadas 22 comunicações.
Será apresentada notícia mais detalhada sobre esta realização.

Depois das férias de Verão estão previstas as realizações já divulgadas no anterior boletim, cujas datas e locais de realização serão oportunamente anunciadas.

3.4 - PARTICIPAÇÃO DA APRH NO 3.º CONGRESSO MUNDIAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O 3º Congresso Mundial de Recursos Hídricos realizou-se na cidade do México de 23 a 27 de Abril de 1979 e teve por tema geral "Água para a sobrevivência". Os sub-temas abordados, a cada um dos quais correspondeu uma das secções de funcionamento do Congresso, foram "Água para a produção de alimentos", "Água para a produção de energia", "Água para o desenvolvimento rural", "Planeamento dos recursos hídricos e desenvolvimento regional", "Educação e investigação sobre recursos hídricos" e "Problemas da água em sociedades modernas e novas tecnologias".

Inscreveram-se no Congresso cerca de 1500 participantes, membros e não membros da IWRA - International Water Resources Association, e no total foram apresentadas perto de 350 comunicações. Vários países apresentaram também relatórios nacionais sobre o estado actual da utilização e gestão dos recursos hídricos nos respectivos territórios.

De acordo com uma deliberação do seu Conselho Geral, a APRH fez-se representar no referido Congresso pelo Vice-Presidente da Comissão Directiva, Eng. António Eira Leitão, cuja deslocação beneficiou de um subsídio para o efeito concedido pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. O representante da APRH apresentou no México uma comunicação subordinada ao tema "A

constituição da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos e a gestão das águas em Portugal".

O Congresso reflectiu a vocação interdisciplinar da IWRA, contendo algumas das comunicações matéria, de âmbito geral e específico dentro dos temas considerados, de muito interesse para os técnicos ligados aos problemas dos recursos hídricos, cuja apreciação se recomenda. A vastidão dos temas focados neste Congresso provocou, no entanto, alguma dispersão no decurso das respectivas sessões, tornando recomendável uma definição mais precisa da temática de futuras realizações da mesma índole a empreender pela IWRA.

Logo que disponíveis, as conclusões do Congresso serão divulgadas pelos membros da APRH através de próximo número deste Boletim Informativo.

3.5- VISITA AO AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES

Conforme foi amplamente divulgado, o programa de actividades culturais para o corrente ano incluia, além dos tipos de realizações levadas a efeito no ano anterior, o lançamento de outros, nomeadamente visitas de estudo.

Assim, foi preparada e concretizada no dia 30 de Junho (Sábado) a visita ao Aqueduto das Águas Livres com o apoio da EPAL - Empresa Pública das Águas de Lisboa, membro colectivo da APRH.

De acordo com o programa e horários estabelecidos, a visita foi precedida de uma exposição histórica feita pelo Sr. Prof. Aires de Carvalho, Conservador do Palácio Nacional da Ajuda. Espera-se publicar oportunamente o texto daquela exposição.

No início da visita foram distribuidos pelos associados participantes três documentos relacionados com o sistema das Águas Livres, a saber: "O Arco e a Mãe d'Água das Amoreiras", "Nota Histórica do Abastecimento de Água a Lisboa" e um apontamento sobre a construção do Aqueduto das Águas Livres e seus ramais.

Cerca de 150 participantes apreciaram demoradamente o primeiro reservatório de águas de Lisboa denominado Mãe d'Água das Amoreiras e percorreram interiormente o último troço do Aqueduto até ao reservatório do Arco. Da rua das Amoreiras partiram em três autocarros para o recinto da Meia Laranja em Campolide e atravessaram a Ponte-Aqueduto sobre o Vale de Alcântara pelos passeios laterais até ao Alto da Serafina.

Seguidamente foram transportados para a zona de Carenque onde visitaram as nascentes mais antigas do sistema: a Mãe d'Água Velha e a Mãe d'Água Nova.

Durante toda a visita tiveram ocasião de serem esclarecidos vários aspectos técnicos relacionados com aquele sistema.

Finalmente, os visitantes foram para a Colónia de Férias da EPAL, em Belas, onde se realizou na mata um piquenique de confraternização.

A amabilidade e o apoio dos Serviços da EPAL manifestados du

rante a visita foram reconhecidos e agradecidos pelos participantes.

3.6- NOVOS ASSOCIADOS

No período compreendido entre 1 de Maio e 30 de Junho de 1979, inscreveram-se na APRH os seguintes novos membros:

- singulares

305 - JORGE, Carlos Alberto Fernandes
306 - ALMEIDA, Maria Antónia Coruche Castro e
307 - ALMEIDA, Eduardo Dias Netto de
308 - BACHAREL, José Luis Nunes da Silva
309 - MATEUS, Pedro Luis dos Santos
310 - LOPES, António José Vilares
311 - SOARES, Maria Helena
312 - RESTANI, José Pedro
313 - COSTA, Fernando Esteves
314 - MONTEIRO, José Hipólito da Costa
315 - TAVARES, Maria de Fátima Santos Couto Soares Tavares
316 - OSÓRIO, Artur Vaz
317 - RODRIGUES, Ana Maria Magro e Silva
318 - CARDOSO, Clarimundo João Sá Viana
319 - ALVES, António Manuel Antunes
320 - PEREIRA, Ana Paula Ribeiro Ramos
321 - FREIRE, Maria Elisabete Ferreira
322 - DIAS, João de Brito Leal
323 - SOUSA, Pedro Manuel Leão Rodrigues de

- colectivos

C28 - Direcção Geral do Planeamento Urbanístico

4. ACTIVIDADES DOS ASSOCIADOS

4.1- ESTUDOS DE QUALIDADE DO AMBIENTE

O Serviço de Estudos do Ambiente vem desenvolvendo no âmbito do seu Programa "Estudos de Qualidade do Ambiente" projectos cujas áreas de intervenção são os Estuários dos Rios Sado e Guadiana.

Naqueles Estuários decorrem actualmente os seguintes estudos:

1. Estudo do impacto da central termo-eléctrica de Setúbal cujo objectivo que se pode inferir do próprio título, é a avaliação do impacto que aquele empreendimento tem sobre o ambiente e a qualidade de vida das populações abrangidas.

Aquele objectivo pressupõe a realização de estudos base que se estão a realizar em duas fases

análise de diferentes parâmetros físicos, químicos e biológicos referentes ao estado do ecossistema estuarino antes da entrada em funcionamento da central.

evolução desses parâmetros a médio prazo (durante a entrada em funcionamento da central) e a longo prazo, por forma a acompanhar as prováveis alterações do Sistema, introduzidas pela entrada em funcionamento de cada um dos grupos geradores.

2. Caracterização física, química e hidrodinâmica do Estuário do Sado e Guadiana

Os estuários são zonas de grande importância para o homem pelo papel que desempenham em vários domínios e por constituirem geralmente meios com uma enorme complexidade do ponto de vista físico, químico e biológico.

A transição de água doce para água salgada e o efeito das marés entre outros factores, criam fenómenos múltiplos e complexos que tornam os estuários como áreas de grande produtividade biológica e de grande influência na produtividade das zonas costeiras adjacentes. A gestão das zonas estuarinas é hoje um problema de grandes dimensões e de importância reconhecida, razão pela qual se debruçam sobre esta matéria inúmeras entidades a nível mundial.

O Serviço de Estudos do Ambiente pretende evoluir no sentido de criar uma aptidão que lhe permita, após os estudos de base necessários visando um perfeito conhecimento teórico e prático do assunto, poder pronunciar-se sobre problemas de estuários nos domínios do seu ordenamento, de qualidade e de previsão de impactos que implantações de certo vulto venham a provocar.

Com este objectivo genérico foram iniciados e decorrem ainda os estudos de base referidos que visam a caracterização física, química e hidrodinâmica dos Estuários dos Rios Sado e Guadiana.

Foram tratados inicialmente estes dois Estuários por ser, o primeiro um meio em rápida degradação face aos empreendimentos em curso e onde grandes alterações são previsíveis. O segundo por ser um estuário onde, devido à construção de várias barragens na zona (incluindo a do Alqueva) a qualidade de água e a circulação poderão ser eventualmente afectadas.

3. Estes estudos decorrem com a colaboração de alguns Organismos Nacionais, nomeadamente a Junta Autónoma do Porto de Setúbal, Instituto Nacional de Pescas, Instituto Universitário de Évora e Instituto Hidrográfico e Estrangeiros, como a Universidade Livre de Bruxelas.

5. REUNIÕES, CONGRESSOS E OUTRAS REALIZAÇÕES

5.1- CALENDÁRIO

Data	Local	Realização	Boletim em que é referenciada
1979			
3-7, Set	Leninegrado, URSS	Simpósio Internacional sobre Aspectos Específicos de Cálculos Hidrológicos para Projectos Hidráulicos	4
3-8, Set	Karlsruhe, RFA	Simpósio IAHR-IUTAM sobre a Experiência Relativa a Vibrações Induzidas pelo Escoamento	4
3-14, Set	Coimbra, Portugal	Curso Avançado sobre Análise de Sistemas e Gestão de Albufeiras	7
9-15, Set	Tel Aviv, Israel	8º Congresso Internacional de Bio-Meteorologia	8
10-12, Set	Perth, Austrália	Simpósio sobre Hidrologia e Recursos Hídricos	5
10-14, Set	Southport, RU	Conferência sobre Controle da Poluição da Água	8
10-15, Set	Cagliari, Itália	18º Congresso da IAHR	4
11-13, Set	Cagliari, Itália	4º Encontro Internacional sobre a Rotura da Veia Líquida	6
11-14, Set	Vienna, Áustria	Simpósio de Hidrologia	8
17-20, Set	Elmia, Suécia	Feira Internacional sobre Recuperação de Água, Manuseamento de Resíduos e Limpeza	4
17-21, Set	Dubrovnik, Jugoslávia	12º Congresso Internacional de Irrigação e Drenagem	8
17-22, Set	Budapeste, Hungria	6ª Conferência sobre Máquinas Hidráulicas	5
18-21, Set	London, RU	Gestão e Controle de Metais Pesados no Ambiente	8
19-21, Set	London, RU	3ª Conferência sobre Sobreelevações de Pressão	8
24-28, Set	Haia, Holanda	Teoria e Modelação da Camada Limite Turbulenta	6
24-28, Set	Las Vegas, Nev, EUA	15ª Conferência Americana de Recursos Hídricos	6
26-29, Set	Phoenix, Ariz, EUA	8ª Conferência Técnica sobre Irrigação, Drenagem e Controle de Cheias	5
2-5, Out	London, RU	Recursos Hídricos: uma Estratégia em Mudança	8
9-12, Out	Fredericton, Canadá	Curso Intensivo sobre o Estudo Piloto da Bacia do Rio Saint John	8
9-13, Out	Budapeste, Hungria	3ª Conferência sobre a Qualidade e a Tecnologia da Água	7
28 Out-2 Nov	Nova Delhi, Índia	13º Congresso da Comissão Internacional das Grandes Barragens	4
5-20, Nov	Roorkee, Índia	Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento e Gestão dos Recursos Hídricos Subterrâneos	7
19-23, Nov	Smolenice, Checoslováquia	5º Simpósio Internacional sobre Problemas de Investigação da Ecologia Paisagística	7
26-29, Nov	Jerusalem, Israel	Conferência Internacional sobre a Investigação Operacional na Agricultura e nos Recursos Hídricos	7
2-7, Dez	Nova Delhi, Índia	Simpósio Internacional sobre Aspectos Hidrológicos das Secas	5
10-13, Dez	Canberra, Austrália	Simpósio sobre a Hidrologia de Áreas de Baixa Precipitação	6
1980			
7-10, Jan	Bangkok, Tailândia	Conferência Internacional sobre a Engenharia na Protecção contra Desastres Naturais	7
7-9, Fev	Stockholm, Suécia	Resíduos e Água Residual Industrial	7
4-8, Mar	Bordeaux, França	Oceanexpo	6
23-29, Mar	Sydney, Austrália	17ª Conferência Internacional de Engenharia Costeira	6
14-18,Abr	Oxford, Inglaterra	Simpósio Internacional sobre a Aplicação dos Progressos Recentes em Previsão Hidrológica para a Operação de Sistemas de Recursos Hídricos	6
12-14, Mai	Taipei, Formosa	Conferência Internacional sobre o Aproveitamento dos Recursos Hídricos	8
26-28, Mai	Beograd, Jugoslávia	Simpósio sobre Engenharia Fluvial e sua Interacção com a Investigação Hidráulica e Hidrológica	8
28-31, Mai	Cleveland, Ohio, EUA	Simpósio sobre a Água e Recursos Terrestres com Ela Relacionados	7
24-27, Jun	Trondheim, Noruega	2º Simpósio Internacional sobre Escoamentos Estratificados	7
14-24, Jul	Edmonton, Canadá	3º Simpósio Internacional sobre a Interacção Água-Rocha	7
5-7, Ago	Tokyo, Japão	3º Simpósio Internacional sobre Hidráulica Estocástica	6
24-31, Ago	Kyoto, Japão	21º Congresso Internacional de Limnologia	7
7-12, Set	Warwick, RU	2º Simpósio Internacional sobre Ecologia Microbiana	7
8-12, Set	Munich, RFA	11ª Conferência Mundial da Energia	7

5.2- REFERÊNCIAS

8º Congresso Internacional de Bio-Meteorologia - pedidos de informação a:

Dr. G.L. Barger, Lockheet Electronics Company, 110 Fed. Building, COLUMBIA, Missouri 65201, E.U. América.

Conferência sobre Controle da Poluição da Água - pedidos de informação a:

Ledson House, 53 London Rd., MAIDSTONE, Kent ME16 8JH, R. Unido.

Simpósio de Hidrologia - organizado pela Sociedade Europeia de Geofísica, abordando os seguintes temas: Estima e medição da evaporação; Conceitos da física dos solos em modelos hidrológicos; Hidrologia geral.

Para mais informações:

Dr. H.R. Oliver, Inst. of Hydrology, Crowmarsh Gifford, WALLINGTON, Oxon OX10 8BB, R. Unido.

12º Congresso Internacional de Irrigação e Drenagem - subordinado ao tema genérico "Aproveitamentos de fins múltiplos à escala da bacia hidrográfica", abordando os seguintes assuntos: Factores sócio-económicos básicos e aspectos dos aproveitamentos para fins múltiplos dos recursos hídricos; Estudo, planeamento e implementação dos aproveitamentos para fins múltiplos dos recursos hídricos; Operação e controle dos aproveitamentos para fins múltiplos dos recursos hídricos, para determinados caudais.

Para mais informações:

Jugoslovensko drustvo Za odvodujavanje i navodujavance, Knoza Milosa 9/1, 11000 BEOGRAD, Jugoslávia

Gestão e Controle de Metais Pesados no Ambiente - para mais informações:

CEP Consultants, Ltd, 14a Henderson Ron,
EDINBURG ED 3 5DH, R. Unido

3ª Conferência sobre Sobreelevações de Pressão - para mais informações:

The Conference Secretary, BHRA, Fluid Eng.,
CRANFIELD, Bedford MK 430AJ, R. Unido

Recursos Hídricos: uma Estratégia em Mudança - serão tratados os seguintes temas: O papel dos recursos hídricos no desenvolvimento nacional; Inventariação de necessidades para aproveitamento de recursos hídricos; Aproveitamento dos recursos hídricos; Aspectos operacionais e qualitativos; Financiamento.

Para mais informações:

ICE, Great George St., Westminster,
LONDON SW 1P 3AA, R. Unido

Curso Intensivo sobre o Estudo Piloto da Bacia do Rio Saint John - para mais informações:

WMO, PO Box 5, CH-1211 GENEVE 20, Suíça

Conferência Internacional sobre Aproveitamento dos Recursos Hídricos - Organizada pela Comissão Nacional da República da Formosa da IAHR, subordinada ao tema genérico "Aplicação das Ciên-

cias e Tecnologias no Aproveitamento dos Recursos Hídricos". Para mais informações:

Mr. Hong-Hsi Hsu, Exec. Secretary,
2nd Congress of APD, IAHR,
76 East Hoping Rd., Section 1 (106),
TAIPEI, Taiwan, Rep. da Formosa

Simpósio sobre Engenharia Fluvial e sua Interacção com a Investigação Hidráulica e Hidrológica - com o objectivo de rever os progressos em engenharia fluvial, em particular na tecnologia de economia de trabalho e materiais de construção e examinar o impacto das novas tecnologias nos métodos e critérios de projecto, incluindo as necessidades de investigação no campo da hidráulica e hidrologia fluviais.

Para mais informações:
Dr. M. Miloradov, Jaroslav Cerni Inst.
for Water Development, PO Box 530, BEOGRAD,
Jugoslávia

6. ANTOLOGIA

Inicia-se neste número a rubrica assim intitulada, na qual se publicarão textos do passado de âmbito relacionado com o da actividade da Associação.

Prevê-se que os textos a publicar sejam objecto de comentários pelos associados, a publicar em números posteriores ao Boletim.

Fica aqui, e desde já, um convite a todos os associados para que nos façam chegar as suas contribuições para esta rubrica.

O Vale do Tejo; A Estremadura

O curso inferior do Tejo divide Portugal em duas metades desiguais, muito diferentes no aspecto geral, contrastes do solo e clima. É no vale deste rio que se opera a transição natural entre o Norte e o Sul da Lusitânia; é aí também que, graças ao magnífico estuário virado ao Oceano na desembocadura do rio, se pôde estabelecer a capital do país e uma das cidades mais importantes do Universo.

À sua entrada em Portugal, a jusante da grandiosa ponte de Alcântara, o Tejo, que serve antes mais de fronteira entre os dois países, é ainda um rio encaixado, rápido, inútil para o comércio assim como para a irrigação dos planaltos ribeirinhos; encontra-se próximo dos 140 metros acima do nível do mar e deve

atravessar ainda um canhão de rochedos, no desfiladeiro de Vila Velha de Rodão. Daí, o vale vai-se alargando, pouco a pouco, depois, quando recebe o seu grande afluente, o Zêzere, alimentado pelas neves da Serra da Estrela, muda de direcção e escoa-se para Sudoeste, num leito obstruído por ilhas e bancos de areia. Neste troço do seu curso, as águas, tornadas tranquilas, são navegáveis ao longo do ano. O rio atravessa as terras de aluvião que ele próprio transportou a fim de colmatar a parte oriental do estuário e divide-se em braços tortuosos em torno de ilhas móveis. Para jusante da vila de Salvaterra começa o delta propriamente dito; o leito principal continua a acompanhar, à sua direita, a base das colinas, enquanto que o leito secundário vai receber à sua esquerda dois rios, Sorraia e Santo Estevão e limita a leste a grande ilha das lezírias, terra baixa e quase desabitada, por onde serpenteiam canais pantanosos. No sentido da parte meridional da ilha, os dois braços que a envolvem já são de mar; as vagas alargam-nos duas vezes por dia e ao longe rebentam nas praias. As águas fluviais perdem-se no vasto estuário de Lisboa, o qual se conservou com a designação de Tejo, mas que na realidade é um golfo cuja água é mais ou menos salgada, devido à alternância das cheias e das estiagens; já muito próximo da extremidade setentrional da vasta bacia, entre Sacavém e Alhandra, as salinas bordejam a margem. O contraste entre o mar e a corrente fluvial revela-se nítido: dum lado são as águas profundas aonde vogam os navios; do outro, a corrente rápida escoando-se num leito de areia, que os camponeses atravessam a vau durante os meses de seca.

O Tejo é um dos rios que, pela direcção do seu curso, testemunha muito nitidamente a tendência das águas correntes do hemisfério boreal, em usurpar as terras da margem direita. Outrora, desde que se esvaziou o grande mar interior, que recobria os planaltos de Castela-a-Nova, através do curso do Tejo, este permitiu o transporte duma quantidade de água bem considerável, que arrasou parte das colinas da Lusitânia. Ora a configuração do solo permite ver, tal como sobre um mapa em relevo, que as correntes passaram em dilúvio sobre as terras da margem esquerda e nivelaram as saliências, visto estas se projectarem imediatamente para a direita, quer dizer para o Norte, acompanhando a base das montanhas e colinas do sistema da Estrela. As duas margens do Tejo ofereceram o mesmo contraste que as dos rios da Sibéria: a margem esquerda ou do Alentejo é o bordo de jusante; a margem direita é o de montante; deste lado encontram-se declives rápidos, falésias e alturas de várias centenas de metros, que a majestade do seu aspecto permite quase qualificar como montanhas.

Elisée de Reclus
Nouvelle Géographie Universelle
Tome I, L'Europe Mériodionalle
Paris 1876 p. 947, 948 e 951

NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE ELISÉE DE RECLUS

Elisée de Reclus nasceu em Saint-Foy-la-Grande (França) em 1830.

Geógrafo de formação distinguiu-se simultaneamente como académico e nos meios políticos anarquistas, chegando a participar na Comuna de Paris, onde foi preso.

Essa circunstância levou-o mais uma vez ao exílio, desta feita para a Suiça, em 1872. Antes disso havia-se exilado em Inglaterra após o golpe de estado de Napoleão III e durante esse período e o que vai até 1857 viajou pelo mundo chegando a fixar residência nos E.U.A. e na Colômbia.

Os seus conhecimentos e vivências das viagens, mais o exílio da Suiça contribuíram para que iniciasse a elaboração de "Nouvelle Géographie Universelle", obra repartida em dezanove volumes, na qual a finura de análise na descrição de factos económicos, sociais e políticos é nota sempre constante.

Regressado a França, logo se muda para Bruxelas onde veio a exercer actividade docente na Universidade Livre.

Faleceu em 1905.

7. ANEXOS

Em anexo ao presente número do Boletim, segue o texto com as Conclusões e Propostas da Reunião Luso-Espanhola sobre Ordenamento Físico e Ambiente, realizada em Lisboa em 21 e 22 de Março do corrente ano.

APRH ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

REUNIÃO LUSO - ESPANHOLA SOBRE ORDENAMENTO FÍSICO E AMBIENTE

Boletim Informativo da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. N.º 8 Junho 79 – Anexo

REUNIÃO LUSO-ESPANHOLA SOBRE ORDENAMENTO FÍSICO E AMBIENTE

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

1. A reunião Luso-Espanhola sobre o Ordenamento Físico e Ambiente que se realizou em Lisboa nos dias 21 e 22 de Março de 1979, revelou-se de muito interesse pela possibilidade que proporcionou de serem abordados conjuntamente, pelas delegações dos dois países, assuntos e problemas importantes para estes, nomeadamente no âmbito do Ordenamento do Território, em que se salientaram os aspectos relativos às ligações rodoviárias e ferroviárias e portos, da gestão integrada das bacias hidrográficas e de matérias respeitantes ao ambiente, no quadro da defesa da qualidade de vida e bem-estar das populações de ambos os países.

2. A vizinhança da Espanha e de Portugal e o facto de fazerem parte de uma unidade geográfica bem definida e com características próprias, conduz a uma interdependência e à consequente necessidade de cooperação activa na solução dos problemas mencionados, com a qual, no conjunto, beneficiarão os dois países.

   Tal cooperação será também da maior utilidade para ambos os países, na sua participação em actividades internacionais e facilitará a preparação para enfrentar as implicações nos domínios considerados nesta Reunião quando da prevista adesão às Comunidades Europeias, tendo em conta a necessária aceitação dos princípios e normas nas mesmas matérias.

3. Nestas condições, as delegações de Espanha e Portugal acordam entre si o seguinte:

   a) Que há a maior conveniência mútua em manter contactos regulares entre autoridades dos Ministérios que participaram na presente reunião.

   b) Que recomendarão aos respectivos Governos a criação de uma Comissão Luso-Espanhola de Ordenamento do Território e Ambiente, com o objectivo de estudar e propôr soluções para os problemas nestes domínios em que aquelas impliquem cooperação entre os dois países.

      Esta Comissão criará as Sub-Comissões e Grupos de Trabalho que sejam necessários para estudar e submeter propostas à Comissão sobre os assuntos sectoriais que exijam consideração específica, particularmente naqueles que foram considerados prioritários e que são:

      1 - Colaboração técnica e científica no domínio do Ordenamento do Território dada a unidade geográfica que constitui a Península Ibérica;

2 - Elaboração imediata de um estudo sobre problemas de interesse conjunto em matéria de Ordenamento do Território;

3 - Colaboração em projectos concretos de desenvolvimento em regiões fronteiriças;

4 - Programas e experiências de ensino e informação sobre problemas de ambiente;

5 - Colaboração em estudos e troca de informações no que respeita à qualidade de água em rios e albufeiras de ambos os países;

6 - Intercâbio de experiências e colaboração nos domínios que interessam à qualidade do ar;

7 - Colaboração no estudo e gestão de zonas de protecção e conservação da natureza em áreas fronteiriças;

8 - Intercâmbio de experiências sobre estudos de estuários ou formações semelhantes;

9 - Colaboração das Canárias, Açores e Madeira em estudos integrados sobre flora, fauna e recursos naturais da Macaronésia.

4. As delegações de Espanha e Portugal recomendam vivamente a continuação de contactos nos sectores de transportes ferroviários rodoviários e portos, dada a sua importância no Ordenamento do Território e no desenvolvimento económico de áreas territoriais de ambos os países, em especial nas estruturas que permitam a ligação ao mar das zonas do interior da Península e da Europa.

Lisboa, aos 22 de Março de 1979

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO
FÍSICO, RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE,

Baltazar Morais Barroco

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE LA
ORDENACION TERRITORIAL Y DEL
MEDIO AMBIENTE,

Eduardo Merigó